



MANUAL PRÁTICO PARA A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS À ÁGUA E AO SANEAMENTO PELA RELATORA ESPECIAL DA ONU, CATARINA DE ALBUQUERQUE

Listas de verificação





Manual prático para a realização dos direitos humanos à água e ao saneamento pela Relatora Especial da ONU, Catarina de Albuquerque

Texto: © Relatora Especial de Nações Unidas sobre o direito humano à água potável e ao saneamento

Licença Creative Commons para Usos Não Comerciais: Atribuição-NãoComercial-Compartilhual 3.0 Brasil



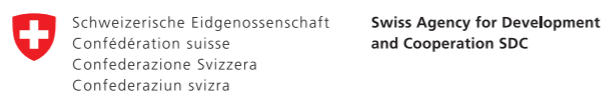
Imagens: Todas as imagens estão sujeitas a direitos de autor. Os detalhes relativos aos direitos de autor de cada imagem estão disponíveis na parte final de cada brochura.

ISBN : 978-989-20-4980-9

Publicado pela primeira vez em Portugal em 2014.

Impresso por Precision Prototype, Bangalore, Índia

Com o apoio de:



Índice

01. Enquadramentos legislativo, regulatório e de políticas	5
02. Financiamento, orçamentação e acompanhamento orçamentário	11
03. Processos de planeamento, prestadores de serviço, níveis de serviço e assentamentos	15
04. Monitoramento do cumprimento dos direitos humanos à água e ao saneamento	21
05. Acesso à justiça por violações dos direitos humanos à água e ao saneamento	25
06. Princípios: Não discriminação e igualdade	31
07. Princípios: Acesso à informação	35
08. Princípios: O direito à participação	39
09. Princípios: Sustentabilidade e proibição de retrocesso	43



01.

Lista de verificação

**Enquadramentos legislativo,
regulatório e de políticas**

Atores estatais

Constituição

	Sim	Em curso	Não
A Constituição garante a água e o saneamento como direitos humanos claramente definidos que podem ser reivindicados por todos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Constituição garante a igualdade e a não discriminação como princípios gerais de direito? A Constituição inclui também o conceito de ação afirmativa?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O direito a um recurso e/ou acesso à justiça está consagrado na Constituição?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Constituição estabelece entidades de supervisão independentes? Essas entidades têm legitimidade para receber queixas individuais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Leis e/ou regulamentos

Observação: Os elementos na lista de verificação poderão fazer parte das leis e/ou regulamentos, dependendo do enquadramento constitucional ou jurídico

As leis e/ou os regulamentos definem os direitos humanos à água e ao saneamento, usando o conteúdo jurídico de disponibilidade, acessibilidade física, qualidade, acessibilidade econômica e aceitabilidade, tal como é garantido pelo direito internacional de direitos humanos, como uma base para substanciar esses direitos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os padrões são avaliados regularmente e melhorados progressivamente ao longo do tempo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A definição de padrões tem em consideração os obstáculos enfrentados por certos indivíduos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os padrões têm em conta que tipo de serviço seria mais eficiente no contexto da situação local?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem requisitos de construção e regulamentos em vigor que apliquem os padrões gerais para as instalações de água e saneamento; por exemplo, banheiros em alojamento alugado ou a provisão de banheiros para cada sexo em locais públicos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe uma entidade reguladora independente que opere com base nos direitos humanos e que seja responsável pela definição de normas com base no conteúdo jurídico dos direitos humanos à água e ao saneamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Estado adotou algumas medidas para regular o abastecimento de água pelos vendedores informais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Estado e/ou os prestadores de serviços dão acesso a serviços formais de água e saneamento aos domicílios, independentemente do seu regime de titularidade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Não discriminação e igualdade

Existem leis e/ou regulamentos em vigor que proíbam a discriminação direta e indireta e que promovam a igualdade no acesso aos direitos humanos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
--	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Informação

	Sim	Em curso	Não
Existem leis e/ou regulamentos em vigor para garantir que todas as pessoas, incluindo as que moram longe dos centros de informação e as que não sabem ler, possam ter acesso à informação relacionada aos serviços de água e saneamento, no formato e idiomas relevantes?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Participação

Existem leis e/ou regulamentos em vigor que garantam a participação plena, livre e significativa antes da tomada de qualquer decisão, incluindo participação no processo de elaboração de quaisquer leis, regulamentos ou documentos de nível político?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As leis e/ou os regulamentos estabelecem normas precisas sobre participação em matéria de infraestrutura, níveis de serviço, tarifas, e operação e manutenção de serviços de água e saneamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Prestação de contas

Existem mecanismos de queixas efetivos a nível do prestador de serviços?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem órgãos quase judiciais que possam resolver conflitos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os indivíduos podem exigir os seus direitos contra o Estado e atores privados?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As medidas de reparação estão previstas na lei; por exemplo a restituição, compensação, garantias de não repetição com força jurídica obrigatória e ação corretiva ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As leis e/ou os regulamentos prevêm mecanismos que garantam que queixas individuais sejam efetivamente ouvidas e processadas oportunamente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Disponibilidade

Nos casos em que as pessoas não têm acesso a uma rede de abastecimento de água, as leis e/ou os regulamentos prevêm o direito de todas as pessoas usarem os recursos naturais para os usos doméstico e pessoal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As leis e/ou os regulamentos priorizam a água para usos pessoal e doméstico em detrimento de outros usos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A definição legal de saneamento inclui não só a instalação do sanitário (ou retrete), mas também a coleta, o transporte, o tratamento, a eliminação ou a reutilização de dejetos humanos, e a higiene associada a esses procedimentos? Os regulamentos incluem orientação sobre construção segura, limpeza regular e esvaziamento de fossas ou outros locais de coleta de dejetos humanos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As leis e/ou os regulamentos especificam claramente o significado de "disponibilidade de água e saneamento" nos diferentes ambientes onde as pessoas passam quantidades significativas de tempo, incluindo asilos, locais de trabalho, escolas e jardins de infância, hospitais e centros de saúde, locais de detenção e locais públicos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As leis e/ou os regulamentos especificam que as instalações para lavagem das mãos e para as mulheres e meninas praticarem uma boa higiene menstrual devem estar disponíveis nas escolas e em outras instituições públicas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As normas incluem uma quantidade mínima de água que tem que estar disponível, e um período máximo de tempo permitido para a interrupção de serviços?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Acessibilidade física	
	Sim Em curso Não
As leis e/ou os regulamentos têm em consideração a distância e o tempo máximos que leva a chegar a uma instalação sanitária, assim como a localização da instalação, de forma a assegurar a segurança física dos usuários; essas normas têm em conta os obstáculos enfrentados por indivíduos e grupos específicos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O Estado e/ou os prestadores de serviços são obrigados a dar acesso a serviços formais de água e saneamento aos domicílios, independentemente do seu regime de titularidade?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Qualidade e segurança	
Há leis e/ou as regulamentos em vigor que protejam a qualidade dos recursos hídricos; por exemplo, proibindo o despejo de esgoto e lixo, e exigindo a contenção de qualquer vazamento de fertilizantes, efluentes industriais e outros poluentes?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os regulamentos estabelecem normas sobre a qualidade da água e tratamento das águas residuais, e estes são relevantes para os prestadores de serviços públicos e privados?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os padrões de qualidade da água são definidos de acordo com os contextos nacional e local, considerando os contaminantes presentes apenas em regiões específicas?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existem regulamentos sobre a forma como os donos de domicílios devem organizar a coleta e a eliminação do lixo?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Acessibilidade econômica	
Os regulamentos prevêm mecanismos que garantam a acessibilidade econômica dos serviços para todos, levando em conta os custos de conexão, a operação e a manutenção? os regulamentos estabelecem subsídios, isenções de pagamento e outros mecanismos para garantir a acessibilidade econômica?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os regulamentos dão oportunidades aos usuários para pagar com atraso ou para receber os serviços gratuitamente quando estes não têm condições de pagar?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existe uma entidade reguladora independente que opere com base nos direitos humanos e seja responsável pela acessibilidade econômica dos serviços, incluindo o estabelecimento de tarifas?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Políticas	
Existe uma política completa de água e saneamento em vigor que integre os direitos humanos à água e ao saneamento e o seu conteúdo jurídico?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
A política é avaliada regularmente, para controlar efeitos discriminatórios? Se se constata que discrimina, é revogada ou alterada?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As desigualdades existentes no acesso à água e ao saneamento são avaliadas correntemente? Existem planos e políticas desenvolvidos que utilizem indicadores e parâmetros de referência para avaliar as medidas tomadas e os resultados obtidos na eliminação de desigualdades na prestação de serviços de água e saneamento?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Continua...	

Políticas continua...	
	Sim Em curso Não
Existem suficientes instalações públicas em funcionamento e planejadas para assegurar que as pessoas sem acesso doméstico à água e ao saneamento as possam usar como soluções provisórias?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O Estado prevê medidas que promovam a conscientização da possibilidade de obter informação; por exemplo, informação sobre serviços de água e saneamento, gestão e infraestrutura?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existem programas e políticas em vigor que garantam e estimulem a participação de todas as partes interessadas?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os documentos relativos a políticas prevêm avaliações claras dos padrões de acessibilidade atuais?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existem quaisquer mecanismos ou programas para treinamento das autoridades locais sobre como gerir orçamentos, tarifas, e operar e manter as instalações?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existe uma política que defina processos para garantir a segurança da água?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As pessoas com menor possibilidade de pagar são identificadas e há programas específicos orientados para garantir que os serviços de água e saneamento sejam economicamente acessíveis para elas?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existem documentos relativos a políticas que definam métodos e planos para promover a conscientização e a mudança de comportamento, especialmente em relação a práticas de higiene?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os documentos relativos a políticas estabelecem metas e prazos claros para alcançar um nível básico de serviços para todos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os documentos relativos a políticas estabelecem metas e responsabilidades claras para satisfazer os padrões gerais de aceitabilidade?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existem políticas em vigor que organizem de modo eficaz campanhas de conscientização e programas de educação para eliminar práticas inaceitáveis; por exemplo, a limpeza manual de latrinas, e a exclusão das mulheres da vida diária durante a menstruação?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existem políticas em vigor que planejem a melhoria contínua dos serviços ao longo do tempo?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>



02. Lista de verificação

**Financiamento, orçamentação e
acompanhamento orçamentário**

Atores estatais	
Governos nacionais e subnacionais	
	Sim Em curso Não
O governo nacional está alocando financiamento suficiente para a água e saneamento permitindo a realização progressiva dos direitos humanos à água e ao saneamento (incluindo disponibilidade, acessibilidade física, qualidade, acessibilidade econômica e aceitabilidade) de forma não discriminatória?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Nos casos em que um Estado não tem recursos suficientes para realizar os direitos humanos à água e ao saneamento, esse Estado procurou ativamente a cooperação e assistência internacionais?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os fundos que o governo nacional está afetando aos governos subnacionais são suficientes para aumentar a igualdade no acesso à água e ao saneamento, e são orientados particularmente para aqueles que são desfavorecidos dentro de regiões e grupos populacionais diferentes? Existem critérios para a alocação de fundos a governos subnacionais? Quais são eles?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os governos nacionais e subnacionais estão colaborando para garantir que todos os fundos direcionados pelo governo nacional para projetos e serviços de água, saneamento e higiene cheguem rapidamente aos governos subnacionais?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O Estado tornou os orçamentos relacionados à água, saneamento e higiene acessíveis ao público?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O Estado permitiu uma participação significativa da sociedade civil nos debates sobre a elaboração, implementação e monitoramento dos orçamentos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O Estado estabeleceu um padrão justo de acessibilidade econômica, tendo em consideração todos os aspectos da água, saneamento e higiene associada?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As pessoas foram conscientizadas dos subsídios, subvenções e opções de pagamentos existentes?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Ministério da Fazenda (ou do Planejamento ou o Banco Central)	
Foi atribuída a devida prioridade aos direitos à água e ao saneamento no orçamento nacional?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O Ministério da Fazenda revisou os orçamentos relacionados à água e ao saneamento para determinar se, feitas juntamente, as alocações contribuem para a realização dos direitos à água e ao saneamento, assim como para a promoção da não discriminação, sustentabilidade, prestação de contas e participação?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Foram feitos alguns cortes nos orçamentos relacionados à água, saneamento e higiene nos últimos cinco anos? Em caso afirmativo, foi feita uma avaliação do impacto provável desses cortes na realização dos direitos das pessoas à água e ao saneamento, particularmente para os indivíduos e grupos desfavorecidos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O Ministério da Fazenda, ou quando apropriado, o ministério setorial competente, alocou fundos suficientes para subsídios destinados às pessoas que não podem pagar as taxas e custos relacionados ao acesso a serviços de água e saneamento?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os fundos relacionados à água, saneamento e higiene foram completamente liberados para os ministérios setoriais e governos subnacionais, e oportunamente?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

Ministérios setoriais	
	Sim Em curso Não
A estrutura tarifária e/ou os subsídios garantem que os indivíduos e grupos desfavorecidos tenham acesso a uma quantidade necessária de água e acesso a instalações sanitárias, independentemente da sua capacidade de pagar? Garante também a acessibilidade econômica aos domicílios de média e baixa renda – enquanto não representa mais do que um determinado percentual da renda domiciliar?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os orçamentos da água, saneamento e higiene atingiram um equilíbrio apropriado entre os gastos na infraestrutura face aos gastos na operação/manutenção/repção, de forma a garantir a sustentabilidade dos sistemas existentes?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os ministérios setoriais produziram orçamentos suficientemente desagregados de forma que seja claro qual o montante direcionado para a água, saneamento e higiene, e para que finalidades?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Doadores	
O apoio de doadores ou de agência de desenvolvimento cumpre os direitos humanos, particularmente os princípios de não discriminação, sustentabilidade, prestação de contas e participação?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O apoio de doadores ou de agência de desenvolvimento está incorporado ou refletido no orçamento nacional ou subnacional?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Se o financiamento de doadores não está incorporado ou refletido nos orçamentos nacional ou subnacional, harmoniza o seu apoio com as políticas e planos do governo beneficiário?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O doador ou a agência de desenvolvimento consideraram dar uma maior prioridade ao apoio dos setores da água e saneamento? Se já fornece tal apoio, considerou afetar uma maior parte da sua contribuição à operação, manutenção e capacitação?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O doador ou a agência de desenvolvimento tornaram publicamente disponível a informação sobre o seu apoio relacionado à água, saneamento e higiene?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O doador ou a agência de desenvolvimento aconselha de forma a garantir que os orçamentos para a água e saneamento do Estado beneficiário reflitam as obrigações de direitos humanos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os fundos relacionados à água, saneamento e higiene foram oportunamente desembolsados ou totalmente despendidos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Instituições superiores de auditoria	
Há alguma instituição superior de controle independente, e essa instituição tem recursos humanos e financeiros suficientes para operar?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
A instituição superior de controle usa explicitamente um enquadramento de direitos humanos na auditoria de orçamentos governamentais?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Qual é o acompanhamento e o impacto das conclusões da instituição superior de controle? Qual é a taxa de cumprimento do Estado em relação às recomendações da instituição superior de controle?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Sociedade civil	
Existem estratégias de capacitação para a orçamentação e acompanhamento orçamentário para a sociedade civil?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os Estados prevêm o monitoramento orçamentário por parte da sociedade civil e tomam nota dos resultados?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>



03. Lista de verificação

**Processos de planejamento,
prestadores de serviço, níveis de
serviço e assentamentos**

Atores estatais nacionais e subnacionais	
Planejamento	
	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> Sim Em curso Não </div>
Os processos de planejamento nacionais e locais são abertos, transparentes e participativos? Os indivíduos e grupos desfavorecidos, marginalizados e vulneráveis podem participar plenamente nos processos de tomada de decisões sobre os seus serviços ?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os estudos de base e de viabilidade são participativos e estão disponíveis para revisão? Os estudos de base identificam os indivíduos e grupos mais desfavorecidos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os estudos de base e de viabilidade consideram a acessibilidade econômica e física, a adaptabilidade e a aceitabilidade?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Há informação exata sobre os níveis de serviços nos assentamentos informais, inclusive o tipo de prestadores de serviços?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As metas são definidas através de processos inclusivos, disponibilizando informação suficiente aos indivíduos e grupos em causa ?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os planos de ação nacionais e/ou locais incluem metas específicas para grupos desfavorecidos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As metas abrangem o planejamento e financiamento da manutenção e operação em curso, a fim de assegurar a sustentabilidade econômica e ambiental?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Estão definidas claramente as responsabilidades dos diversos atores envolvidos em cada etapa do processo de planejamento ?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os usuários atuais e futuros são incluídos nos processos de planejamento; podem influenciar os resultados? Isso aumenta a sua compreensão e utilização dos serviços?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Capacitação	
Existem programas em vigor para aumentar a capacidade no que toca à operação e manutenção da infraestrutura , incluindo acesso à informação sobre quem é responsável pela operação e manutenção?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Conscientização	
O governo combate tabus sobre higiene menstrual e saneamento? Como?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existem programas em vigor para promover a conscientização das pessoas sobre um bom comportamento de higiene?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

Regulamentos	
	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> Sim Em curso Não </div>
O enquadramento regulatório inclui a prestação de serviços não estatal?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O enquadramento regulatório inclui regras sobre como os lucros dos serviços de água e saneamento podem ser usados?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os prestadores de serviços informais, incluindo as organizações da sociedade civil, estão regulamentados?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Contratos	
Os contratos celebrados entre o Estado e os prestadores de serviços cumprem plenamente as normas de direitos humanos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As responsabilidades de direitos humanos dos prestadores de serviços estão claramente definidas nos contratos, juntamente com as normas e metas exigidas imediatamente e a longo prazo?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os contratos contêm metas de cobertura para eliminar desigualdades no acesso à água e ao saneamento?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Há provisão suficiente nos contratos sobre participação, acesso à informação, capacitação e padrões de qualidade da água?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Desconexões	
Há regulamentos claros e eficazes sobre como desconexões efectuadas pelos prestadores de serviços podem ser realizadas em conformidade com os direitos à água e saneamento?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existem sistemas administrativos e judiciários eficientes que dêem a oportunidade às pessoas de contestar desconexões e de receber reparações adequadas e oportunas?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Combate à corrupção	
Existem regulamentos e regras contra a corrupção?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Há medidas em vigor, tais como, informação sobre as responsabilidades do prestador de serviços, disponíveis ao público?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Continua...	

Prestadores de serviços

	Sim	Em curso	Não
Está disponível ao público informação oficial sobre a cobertura atual dos serviços de água e saneamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São avaliadas as lacunas existentes na prestação de serviços e os requisitos necessários para extensão do acesso a serviços ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foram identificadas as regiões, assentamentos e setores da população que requerem assistência específica ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Doadores

As instituições financeiras internacionais fazem avaliações de impacto sobre os direitos humanos das suas políticas, projetos e programas durante o processo de elaboração de uma política e projeto e após um período de implementação ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estas avaliações são públicas e participativas; põem o enfoque, sobretudo, nos grupos desfavorecidos e vulneráveis?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os empréstimos ou a redução da dívida evitam associar condicionalidades que requerem a implementação de políticas de privatização?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



04. Lista de verificação

**Monitoramento do cumprimento
dos direitos humanos à água e ao
saneamento**

Geral	
	Sim Em curso Não
O Estado criou indicadores para monitorar os direitos humanos à água e ao saneamento?	● ● ●
Há alguma instituição que monitore a disponibilidade de água e saneamento aos níveis nacional e local?	● ● ●
Há alguma instituição que monitore a acessibilidade das instalações de água e saneamento, incluindo por parte de pessoas que enfrentam obstáculos ao acesso, por exemplo, indivíduos e grupos marginalizados ou excluídos, pessoas com deficiência, os mais novos e as pessoas idosas?	● ● ●
Há alguma instituição que monitore o acesso à água e ao saneamento fora de casa, ou seja, nos locais de trabalho, nas escolas, nas instituições de saúde, e em espaços públicos, bem como em locais onde as pessoas não têm controle sobre o seu próprio acesso, como centros de detenção?	● ● ●
Há alguma instituição que monitore o acesso aos serviços a nível do domicílio? O monitoramento do acesso no domicílio considera as pessoas com doenças crônicas estigmatizadas, como VIH/SIDA?	● ● ●
Há alguma instituição que monitore a qualidade da água?	● ● ●
Há alguma instituição que monitore a qualidade da prestação de saneamento?	● ● ●
O monitoramento inclui a disponibilidade dos serviços de água e saneamento?	● ● ●
Há alguma instituição que monitore a acessibilidade econômica dos serviços de água e saneamento?	● ● ●
Há alguma instituição que monitore a aceitabilidade das instalações de água e saneamento? Há abordagens participativas em relação ao monitoramento em vigor?	● ● ●
Há alguma instituição que monitore a sustentabilidade das novas instalações de água e saneamento?	● ● ●
Há alguma instituição que monitore as desigualdades? Foram identificados os indivíduos e/ou os grupos excluídos e desfavorecidos? Estão disponíveis dados desagregados?	● ● ●
Os dados relativos à população em pior situação foram comparados com os dados relativos à população em melhor situação para determinar as disparidades?	● ● ●
A taxa de progresso necessária para cumprir a meta é determinada para ambos os grupos em pior situação e em melhor situação?	● ● ●

Específicos	
Atores estatais	
	Sim Em curso Não
O governo aceitou as recomendações sobre os direitos humanos à água e ao saneamento no contexto das avaliações realizadas pelos órgãos de controle da aplicação dos tratados e no âmbito da Revisão Periódica Universal? Ele tomou medidas para implementá-las?	● ● ●
Há algum regulador independente que apoie o monitoramento dos direitos humanos à água e ao saneamento?	● ● ●
Há alguma instituição nacional de direitos humanos independente que apoie o monitoramento dos direitos humanos à água e ao saneamento?	● ● ●
Doadores	
Os doadores monitoram os próprios projetos para assegurar conformidade com os direitos humanos à água e ao saneamento?	● ● ●
Os doadores monitoram as políticas e os planos dos Estados beneficiários para assegurar a sua conformidade com os direitos humanos à água e ao saneamento?	● ● ●
Antes do investimento na construção de instalações de água e saneamento, os custos de operação e manutenção dessas instalações são plenamente tidos em consideração ?	● ● ●
Instituições nacionais de direitos humanos	
A instituição nacional de direitos humanos monitora os direitos humanos à água e ao saneamento?	● ● ●
A instituição nacional de direitos humanos desempenha um papel na promoção da conscientização e na maior compreensão dos direitos humanos à água e ao saneamento pela população?	● ● ●
A instituição nacional de direitos humanos promove os direitos humanos à água e ao saneamento junto do governo aos níveis local e nacional e fortalece os sistemas de prestação de contas?	● ● ●
Prestadores de serviços	
Os prestadores de serviços monitoram o seu cumprimento dos direitos humanos à água e ao saneamento (ver questões gerais)?	● ● ●
A qualidade da infraestrutura e dos serviços de saneamento é monitorada?	● ● ●
Os prestadores de serviços informais recebem apoio das autoridades/ Estado para exercer as suas funções de monitoramento?	● ● ●
Caso existam Comitês Locais para a Água, os mesmos desempenham funções de monitoramento? Como são apoiados pelo Estado para realizar essas atividades?	● ● ●
Sociedade civil	
A sociedade civil monitora as desigualdades? Ela identificou os indivíduos e/ou os grupos excluídos e mais desfavorecidos? Ela recolhe dados desagregados?	● ● ●
A sociedade civil monitora os direitos humanos à água e ao saneamento em assentamentos informais?	● ● ●



05. Lista de verificação

**Acesso à justiça por violações
dos direitos humanos à água e ao
saneamento**

Atores estatais

	Sim	Em curso	Não
Há vias judiciais de recurso disponíveis para violações de direitos econômicos, sociais e culturais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe informação sobre a existência de direitos e as opções para aplicá-los ? O governo informa o público proativamente sobre a exequibilidade dos direitos humanos à água e ao saneamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O governo garante que as vias de recurso sejam acessíveis financeiramente? Existe ajuda financeira para a assistência jurídica ? Os governos alocam recursos humanos e financeiros adequados para os serviços legais, de modo a garantir a sua qualidade ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O governo consegue assegurar que taxas ilegais e subornos não são cobrados para que seja possível aceder a vias de recurso?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O governo fornece assistência jurídica para orientar as pessoas a respeito de procedimentos e prazos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O governo adota medidas especiais para garantir que os imigrantes que não estão familiarizados com o sistema legal do país em que vivem e que possam recer deportação tenham acesso genuíno aos tribunais e a outros procedimentos para fazer valer seus direitos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os atores estatais fornecem treinamento sobre normas legais internacionais relativas a direitos econômicos, sociais e culturais? O direito internacional dos direitos humanos consta do currículo dos cursos de direito?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os atores estatais, incluindo os governos, garantem que os tribunais e administradores sejam informados das decisões jurídicas dos mecanismos internacionais? Eles promovem a aplicação do direito internacional dos direitos humanos nos processos dos tribunais nacionais? Eles encorajam a revisão por parte dos órgãos regionais e internacionais dos direitos humanos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Estado ratificou as convenções internacionais relevantes que estabelecem mecanismos de queixa regionais ou internacionais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem vias de recurso para queixas extraterritoriais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os atores estatais informam as pessoas sobre procedimentos de queixas e outras formas de recorrer à justiça em relação ao acesso à água e ao saneamento? O Estado adota medidas para fortalecer sua capacidade de responsabilizar os prestadores de serviços de água e saneamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Legisladores

As leis e regulamentos integram plenamente os princípios de direitos humanos e o conteúdo legal dos direitos humanos à água e ao saneamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem mecanismos de prestação de contas para os prestadores de serviços? Esses mecanismos envolvem o uso de recursos externos ou são totalmente financiados pelo prestador de serviços?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os mecanismos que garantem a possibilidade de prestação de contas dos prestadores de serviços são planejados e administrados com a participação das pessoas que utilizam os serviços e que podem vir a precisar de aceder a uma via de recurso?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Órgãos administrativos

	Sim	Em curso	Não
Os órgãos administrativos são imparciais e independentes?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os processos de controlo e prestação de contas de todos os atores administrativos estão informados, de forma adequada, pelos direitos humanos à água e ao saneamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Tribunais

Os tribunais julgam casos referentes às obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos à água e ao saneamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os tribunais avaliam de modo crítico e proativo as políticas de alocação de recursos, com o objetivo de cumprir os direitos humanos à água e ao saneamento para indivíduos e comunidades não servidos e servidos de forma insuficiente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os tribunais consideram as violações sistêmicas dos direitos humanos à água e ao saneamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas podem recorrer à justiça quando os órgãos administrativos não consideram ou não aplicam os direitos à água e ao saneamento de forma adequada?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os juízes atuam como árbitros imparciais em disputas que envolvem direitos e obrigações? Eles impõem medidas de reparação exequíveis e exercem, por vezes, uma função corretiva e de monitoramento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os tribunais resolvem as queixas de modo rápido, célere, eficaz, imparcial e independente? Os tribunais são transparentes e passíveis de prestação de contas? As vias judiciais de recurso são oportunas e/ou rápidas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os processos são compreensíveis? A informação também está disponível em idiomas locais, incluindo os idiomas indígenas e usados por minorias?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As decisões dos tribunais incluem uma fundamentação completa da decisão sobre o mérito da queixa? Elas indicam quais as consequências e as reparações aplicáveis?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As medidas de reparação são eficazes, justas e exequíveis? E são de seguida executadas de forma adequada?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A legislação nacional é interpretado em conformidade com o direito internacional?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os tribunais estão informados da natureza e das implicações do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais? A formação judiciária considera plenamente a justiciabilidade do Pacto?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os tribunais baseiam suas decisões nas recomendações das instituições nacionais de direitos humanos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os mecanismos de reparação para as violações dos direitos das pessoas são igualmente acessíveis a todos, sem qualquer distinção com base em raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outra situação (incluindo a situação socioeconômica)? Todas as partes de um processo são tratadas sem discriminação?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Continua...

Continua tribunais...

	Sim	Em curso	Não
Os tribunais são fisicamente acessíveis a todos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os órgãos de reparação são sensíveis aos obstáculos sociais e culturais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os sistemas de reparação empoderam as mulheres?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os tribunais protegem a privacidade e a identidade dos queixosos que enfrentam barreiras no acesso aos tribunais por recearem represálias, discriminação ou estigmatização dentro ou fora de suas comunidades ou da sociedade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os tribunais permitem que grupos falem em nome dos indivíduos afetados para garantir que os direitos dos queixosos não estejam sujeitos a maior estigmatização ou represálias?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os tribunais criam processos de monitoramento para garantir a execução plena de suas decisões?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Instituições nacionais de direitos humanos

Existe uma instituição nacional de direitos humanos independente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A instituição nacional de direitos humanos tem autorização para receber e decidir judicialmente queixas quanto a violações de direitos econômicos, sociais e culturais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O mandato da instituição nacional de direitos humanos abrange todo o regime de direitos humanos, incluindo dos direitos econômicos, sociais e culturais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As instituições nacionais de direitos humanos consideram as violações sistêmicas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As instituições nacionais de direitos humanos monitoram a implementação das medidas legais de reparação?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Organizações não governamentais

Os Estados apoiam a contribuição das ONGs para monitorar a implementação eficiente das medidas legais de reparação?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os Estados apoiam a contribuição das ONGs para superar os obstáculos que impedem o acesso das pessoas às vias de recurso?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



06. Lista de verificação

**Princípios:
Não discriminação e igualdade**

Enquadramentos legislativos, de políticas e regulatórios	
	Sim Em curso Não
A Constituição ou o enquadramento legislativo estipulam especificamente a não discriminação e a igualdade?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
A Constituição exige ações afirmativas ou medidas especiais temporárias para alcançar a igualdade material?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Há leis oferecendo mecanismos de queixa a fim de assegurar que práticas discriminatórias sejam combatidas?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As políticas visam proteger especificamente as pessoas sem acesso adequado à água e ao saneamento?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Financiamento e orçamentação	
As regiões e os grupos da população sem acesso a serviços têm prioridade na orçamentação?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os relatórios financeiros demonstram um esforço financeiro maior por parte do governo no sentido de assegurar que as comunidades mais marginalizadas e difíceis de atingir sejam capazes de realizar seus direitos humanos à água e ao saneamento?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As tarifas foram fixadas de tal maneira que a acessibilidade econômica de todos os usuários individuais esteja assegurada?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Existem regimes fiscais progressivos em vigor a fim de arrecadar receita para os serviços de água e saneamento de forma a não sobrecarregar as pessoas vivendo na pobreza?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Planejamento	
As estratégias e os planos priorizam o acesso básico e põem o enfoque na realização progressiva de água segura e sustentável, saneamento e higiene para todos, enquanto as desigualdades estão sendo eliminadas?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As estratégias e planos contemplam as desigualdades espaciais, tais como as sofridas pelas comunidades em áreas rurais e assentamentos informais ou favelas?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Definição de metas	
Os indivíduos e grupos desfavorecidos foram identificados?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O processo de identificação de indivíduos e grupos desfavorecidos foi inclusivo e participativo?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os obstáculos e razões da falta de acesso foram compreendidas e tratadas?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Foram estabelecidas metas específicas para grupos desfavorecidos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Foram fixadas metas para eliminar as desigualdades de acesso?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

Monitoramento	
	Sim Em curso Não
Os dados são desagregados de acordo com os fundamentos/motivos proibidos de discriminação ?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As metas para grupos da população específicos estão sendo monitoradas?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Os esforços para reduzir as desigualdades estão sendo medidos, inclusive o destino específico dos recursos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
O aumento ou a diminuição de desigualdades está sendo monitorado?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Conscientização	
Há campanhas de conscientização e ativismo para detectar e combater a discriminação, o estigma e os estereótipos, incluindo campanhas dirigidas a autoridades locais, ministérios, aparelho judiciários, entidades reguladoras e sociedade civil?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
As pessoas sofrendo de discriminação, estigmatização e estereotipagem conseguem participar na concepção de medidas para combater a situação?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
A educação em matéria de direitos humanos, com um enfoque na não discriminação e igualdade, faz parte do currículo escolar?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>



07. Lista de verificação

**Princípios:
Acesso à informação**

Atores estatais

	Sim	Em curso	Não
Existe um dispositivo constitucional ou legislação nacional relativa ao direito à informação?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O dispositivo ou instrumento inclui as seguintes características:	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O direito de apresentar pedidos de informação sem ter que mostrar um interesse legal na informação;	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O dever dos órgãos de responder, incluindo a obrigação de definir procedimentos e prazos para o processamento de pedidos de informação;	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Um conjunto limitado de exceções permitindo a não divulgação de certas categorias de informação, desde que o interesse público não exija a sua divulgação;	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mecanismos de apelação internos ;	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mecanismos de revisão externos e independentes e/ou	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A exigência de que órgãos públicos publiquem de forma proativa alguns tipos de informação relevante?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Podem todos os indivíduos solicitar toda a informação detida por um órgão público, incluindo pelo poder executivo, legislativo ou judiciário bem como por empresas públicas ou órgãos financiados com meios públicos?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os órgãos públicos são obrigados por lei a publicar e disseminar informação bem como a responder a pedidos?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há incentivos e sanções para os responsáveis por facilitar o acesso?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O público em geral é informado sobre os seus direitos e como exercê-los?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os custos associados aos pedidos de informação são economicamente acessíveis? As reuniões de órgãos públicos são abertas ao público?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As leis que estão em contradição com o princípio de divulgação máxima foram alteradas ou revogadas?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas que divulgam informação sobre irregularidades (informadores) estão protegidas de qualquer sanção legal, administrativa ou relacionada com o emprego?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Continua..			

Continuação de Atores estatais...

	Sim	Em curso	Não
A informação sobre o estado do meio ambiente e/ou questões relativas à saúde humana, e sobre políticas e medidas, é divulgada ao público? E é divulgada imediatamente e sem demora aos membros do público eventualmente afetados?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas estão cientes da existência e dos usos potenciais dos regimes de acesso à informação e da prestação de dados sobre a água e saneamento?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há treinamento no âmbito da administração pública para promover uma cultura de abertura e transparência?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Está sendo desenvolvido material de divulgação, incluindo manuais, guias e diretrizes, campanhas informativas em parceria com organizações da mídia e da sociedade civil com o objetivo de informar as pessoas sobre o regime de acesso à informação?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A informação está sendo disseminada pelos principais canais de comunicação e por radiodifusores comunitários alternativos? A informação é de fácil acesso para o usuário, sensível do ponto de vista cultural e foi traduzida para todos os idiomas e dialetos relevantes?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atores não-estatais que exercem funções públicas ou recebem fundos públicos			
O enquadramento legal nacional permite que todos possam solicitar informação detida por entidades privadas que exercem funções públicas ou que recebem verbas públicas?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O enquadramento legal nacional permite que todos possam solicitar informação sobre a água e o saneamento detida por prestadores de serviço?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atores empresariais			
O enquadramento legal nacional exige que empresas comerciais, cujas operações ou contextos operativos representam um risco para os direitos humanos, forneçam informação sobre o potencial impacto sobre os direitos humanos?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



08.

Lista de verificação

Princípios:

O direito à participação

Atores estatais

Institucionalização da participação

	Sim	Em curso	Não
Uma participação ativa, livre e significativa é reconhecida como um direito humano na legislação nacional e assegurada a todos os níveis de tomada de decisão, incluindo no desenvolvimento de leis, políticas, programas, orçamentação, prestação de serviços e monitoramento no setor da água e saneamento? Será que isto é justiciável?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Estado é parte de instrumentos internacionais e regionais que garantem o direito humano à participação bem como de seus respectivos mecanismos de queixa?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foi dada a oportunidade às pessoas, que provavelmente serão afetadas pelos planos ou investimentos, de participar no planejamento de forma significativa?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os custos de processos participativos foram incluídos na concepção inicial de algumas medidas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Assegurar processos inclusivos

As pessoas e os grupos marginalizados são identificados e incluídos no processo de participação?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há medidas para superar os obstáculos existentes que impedem a participação de todos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há espaços seguros para deliberação entre grupos marginalizados?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os indivíduos e grupos convidados a participar em consultas são identificados de forma transparente, precisa e sensível?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Assegurar uma participação ativa, livre e significativa

As pessoas têm acesso à informação sobre os processos participativos e são capazes de determinar as condições da sua participação, o escopo dos temas a serem tratados e as regras de procedimento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foram tomadas medidas concretas para assegurar que a participação seja livre de coerção, persuasão, manipulação ou intimidação direta ou indireta?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os processos participativos oferecem oportunidades reais para que as pessoas possam influenciar decisões? Foram tomadas medidas concretas para que isso aconteça ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Prestadores de serviços

	Sim	Em curso	Não
O prestador de serviços é obrigado a desenvolver processos participativos ativos, livres e significativos em relação aos tipos de serviços prestados?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O prestador de serviços é obrigado a desenvolver processos participativos ativos, livres e significativos em relação aos tipos de serviços prestados?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estes processos são supervisionados?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Organizações internacionais, doadores multilaterais e bilaterais

As organizações internacionais, os doadores multilaterais e bilaterais incluem a participação como requisito obrigatório em projetos / intervenções em países beneficiários?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eles asseguram que quaisquer condições impostas aos países beneficiários não resultem na inobservância dos processos participativos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



09. Lista de verificação

**Princípios:
Sustentabilidade e proibição
de retrocesso**

Atores estatais

	Sim	Em curso	Não
O planejamento é coordenado e integrado entre diversos ministérios, departamentos e agências e visa uma cobertura universal sustentada?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foram reservados os recursos financeiros e institucionais necessários à operação e manutenção?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em épocas de crescimento econômico, o planejamento inclui a criação de resiliência para tempos de crise?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na adoção de medidas de austeridade é considerada uma proteção adequada dos direitos humanos, sobretudo dos indivíduos e grupos desfavorecidos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os contratos para participação do setor privado contêm requisitos de longo prazo referentes à operação e manutenção? Os lucros são reinvestidos na manutenção e ampliação da prestação de serviços?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os serviços de água e saneamento são economicamente acessíveis a todas as pessoas, incluindo as que vivem na pobreza; as receitas são suficientes para manter, melhorar e ampliar os sistemas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As escolhas tecnológicas são apropriadas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há mecanismos de monitoramento e prestação de contas para enfrentar práticas insustentáveis e regressivas ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Doadores

A cooperação internacional no âmbito da prestação de serviços de água e saneamento inclui estratégias para a sustentabilidade, incluindo estratégias de operação e manutenção?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
--	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Créditos de imagen:

Página 4 Um homem lava-se com água potável de uma bomba manual, favela TT para, Dhaka, Bangladesh, 2011. WaterAid/GMB Akash/Panos..

Página 10 Esther Lucius, colhendo pimentão do seu jardim, vilarejo de Wilson, Distrito de Machinga, Malawi. WaterAid/Layton Thompson.

Página 14 A aluna Lasmi Tarami bebendo água potável de um ponto de água instalado pela WaterAid em Lamidamar, Surkhet, Nepal, Janeiro 2012. WaterAid/GMB Akash.

Página 20 Um homem entra em uma latrina, no vilarejo de Adone no distrito de Ta Oi na República Democrática de Laos 2012. UNICEF/NYHQ2012-1880/.

Página 24 Uma mulher que gere uma sala de chá prepara chá para moradores do vilarejo, vilarejo de Kaniche, Malawi, Março 2012. WaterAid/ Kate Holt.

Página 30 Uma menina torce uma toalha em uma torneira ao ar livre na Pré-escola Ban Pho no distrito de Bac Han na Província remota de Lao Cai no Vietname 2009. UNICEF/NYHQ2009-0237.

Página 34 Escovas e pasta dos dentes de crianças em um Centro de Desenvolvimento da Primeira Infância na comunidade Minero no departamento oriental de Santa Cruz, Bolívia. UNICEF/ NYHQ2008-1602/.

Página 38 Coleta de amostras de água para a análise da qualidade da água após implementação em um dos doze poços em Akondromena, distrito de Miandrivazo, região de Menabe, Madagascar. Fevereiro 2014. WaterAid/ Ernest Randriarimalala.

Página 42 Uma mulher enxagua um bidão para coletar água na nascente no vilarejo de Maru, na ilha de Pura, distrito de Alor, Nusa Tenggara Oriental, Indonésia, Novembro 21, 2007. UNICEF/IDSA2010-00528/.